



Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 03.502.961/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

SENHORES ACIONISTAS:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stellantis Financiamentos" – atual denominação Banco PSA Finance Brasil S.A.), relativas ao exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

CONTEXTO OPERACIONAL:

Em 31 de agosto de 2023, a Stellantis Financiamentos deixou de ser integrante do Conglomerado Financeiro Santander mediante a recompra de 50% das ações pelo Stellantis Financial Services Europe S.A. ("Stellantis Financial Services" – atual denominação do Banco PSA Finance) que passou a deter 100% das ações da Stellantis Financiamentos. Nesta data foi criada no Brasil uma nova estrutura de serviços financeiros para o Grupo Stellantis: Stellantis Serviços Financeiros, apoiada por dois braços operacionais: a "Stellantis Financiamentos" e o "Banco Stellantis".

A Stellantis Financiamentos assumiu as atividades de varejo para os clientes finais de todas as marcas da Stellantis no Brasil, tanto para as operações de financiamento quanto para as de seguros e consórcio. A partir de 31 de agosto de 2023, a Stellantis Financiamentos é responsável pelas operações de varejo das marcas Fiat, Peugeot e Citroën. Para a marca Fiat, a Stellantis Serviços Financeiros estabeleceu um acordo de cooperação (White Label Agreement) para prestação de serviços relacionados a concessão de financiamento de veículos novos e usados e atendimento dos clientes da marca de forma transitória. As marcas Jeep,

RAM, Chrysler e Dodge foram inseridas dentro da nova estrutura a partir de 1 de novembro de 2023.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO:

O Lucro Líquido apresentado no exercício de 2024 foi de R\$98.003 (2023 - R\$40.812). Em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$1.182.993 (31/12/2023 - R\$391.235), já incluindo os aportes de capital realizados pelo Stellantis Financial Services Europe no montante de R\$700.000.

ATIVOS E PASSIVOS:

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos totais atingiram R\$9.299.707 (31/12/2023 - R\$3.067.687), com destaque à carteira de operações de crédito no montante de R\$8.794.559 (31/12/2023 - R\$2.526.421). Os passivos totais atingiram R\$8.116.714 (31/12/2023 - R\$2.676.452), e estão representados, principalmente, por depósitos e demais instrumentos financeiros de funding no montante de R\$7.463.202 (31/12/2023 - R\$2.507.319).

GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

CONTROLES INTERNOS

A Diretoria de Riscos abrange as áreas de Compliance e PLD/FT (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo) garantindo a conformidade em suas operações e produtos e promovendo as devidas verificações de forma preventiva e corretiva nas tratativas sobre lavagem de dinheiro, conforme determina a Circular nº. 3.978 do Banco Central do Brasil, bem como políticas internas e dos acionistas.

OUVIDORIA:

Por determinação da Resolução CMN nº. 3.849/2010 e a Resolução atual nº. 4.433/2015, a Stellantis Financiamentos instituiu componente organizacional de Ouvidoria compatível com a natureza de suas operações. Com objetivo de aprimorar o relacionamento do mesmo com seus públicos, a Ouvidoria atua como canal de comunicação entre os cidadãos e a instituição, principalmente no tratamento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios que não sejam solucionados pelos canais habituais de atendimento da Financeira.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS:

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido de cada exercício ajustado de acordo com a legislação.

AGRADECIMENTOS:

A Stellantis Financiamentos agradece aos acionistas, clientes, parceiros e a rede de concessionárias pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos empregados e colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços no transcorrer do exercício. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 26 de março de 2025.
O Conselho de Administração
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		4.003.034	1.523.507	Passivo Circulante		4.101.938	1.008.887
Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras	4	312.754	404.492	Instrumentos Financeiros	11	3.455.566	846.705
Instrumentos Financeiros		3.572.172	1.033.858	Depósitos Interfinanceiros		2.284.024	764.535
Títulos e Valores Mobiliários	4 e 5	-	185	Depósitos a Prazo		865.915	82.170
Operações de Crédito	6.a	3.572.172	1.033.673	Obrigações vinculadas a cessões		305.627	-
Provisões para Perdas Esperadas		-	-	Outros Passivos		646.372	162.182
Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(52.054)	(18.635)	Obrigações Fiscais Correntes	12	82.915	38.168
Outros Ativos		170.162	103.792	Diversos	13	563.457	124.014
Diversos	8	155.402	87.817	Passivo não circulante		4.014.776	1.667.565
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	9	10.074	12.784	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	4.007.636	1.660.614
Despesas Antecipadas	9	4.686	3.191	Depósitos Interfinanceiros		2.522.233	1.488.313
Ativo não circulante		5.296.673	1.544.180	Depósitos a Prazo		925.065	172.301
Instrumentos Financeiros		5.222.387	1.492.748	Letras Financeiras		330.558	-
Operações de Crédito	6.a	5.222.387	1.492.748	Obrigações vinculadas a cessões		229.780	-
Provisões para Perdas Esperadas	6.e	(54.935)	(26.912)	Outros Passivos		7.140	6.951
Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(54.935)	(26.912)	Diversos	13 e 14.b	7.140	6.951
Outros Ativos		9.874	8.129	Patrimônio Líquido	15	1.182.993	391.235
Diversos	8	9.874	8.129	Capital Social - De domiciliados no exterior		1.029.756	329.756
Ativos Fiscais Diferidos	7.a	82.233	45.584	Reservas de Lucros		153.237	61.479
Imobilizado	10.a	1.029	481	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.299.707	3.067.687
Outras Imobilizações de Uso		1.530	863				
(Depreciações Acumuladas)		(501)	(382)				
Intangíveis	10.b	36.085	24.150				
Intangíveis		53.779	35.164				
(Amortizações Acumuladas)		(17.694)	(11.014)				
Total do Ativo		9.299.707	3.067.687				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido do semestre / exercício	84.063	98.003	40.812
Outros Resultados Abrangentes			
Resultado Abrangente do semestre / exercício	84.063	98.003	40.812

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	01/07 a 31/12/24	01/01 a 31/12/24	01/01 a 31/12/23
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		84.063	98.003	40.812
Ajustes ao Lucro Líquido		43.764	71.959	40.357
Provisões para Perdas Esper. Assoc Risco de Crédito	6.e	65.379	100.008	38.527
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.a	(26.576)	(36.649)	(5.168)
Provisão para Passivos Contingentes	14.c	928	847	964
Atualização Monetárias de Passivos Contingentes	14.c	299	991	1.224
Depreciações e Amortizações	10	3.733	6.762	4.810
Varições em Ativos e Passivos		(189.922)	(1.273.054)	214.996
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(3.994.865)	(6.329.408)	(261.746)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros		-	-	36.316
(Aumento) Redução em Outros Ativos		7.213	(44.271)	(58.117)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais Correntes		(28.143)	(26.554)	(3.095)
Aumento (Redução) em Depósitos e demais instrumentos financeiros		3.394.606	4.650.883	421.650
Aumento em Outros Passivos		485.092	542.980	96.271
Imposto Pago		(53.825)	(66.684)	(16.283)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(62.095)	(1.103.092)	296.165
Atividades de Investimento				
Aquisição de Imobilizado de Uso	10	(572)	(668)	(441)
Baixas de Imobilizado de Uso	10	-	-	612
Alienação de bens não de uso		10.797	25.414	17.256
Aquisição de Intangíveis	10	(9.628)	(18.577)	(13.639)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento		597	6.169	3.788
Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital	15.a	300.000	700.000	100.000
Emissão de Letras Financeiras		-	305.000	-
Dividendos Pagos	15.b	-	-	(9.457)
Juros Sobre Capital Próprio Pagos, líquido	15.b	-	-	(12.920)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		300.000	1.005.000	77.623
Aumento Líquido (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		238.502	(91.923)	377.576
Caixa e Equivalentes no Início do Semestre / Exercício	4	74.252	404.677	27.011
Caixa e Equivalentes no Final do Semestre / Exercício	4	312.754	312.754	404.677

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		588.742	920.386	426.508
Operações de Crédito		577.570	891.762	411.751
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		11.172	28.624	14.757
Despesas da Intermediação Financeira		(394.516)	(613.418)	(283.630)
Operações de Captação no Mercado		(329.137)	(513.410)	(245.103)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(65.379)	(100.008)	(38.527)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		194.226	306.968	142.878
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(91.580)	(178.352)	(75.800)
Receitas de Prestação de Serviços	17.a	50.626	93.843	28.166
Rendas de Tarifas Bancárias	17.b	72.796	111.518	28.772
Despesas de Pessoal		(36.754)	(69.668)	(39.920)
Outras Despesas Administrativas	18	(49.223)	(95.327)	(42.981)
Despesas Tributárias		(24.487)	(38.896)	(14.248)
Outras Receitas Operacionais	19	7.046	7.710	3.044
Outras Despesas Operacionais	20	(111.584)	(187.532)	(38.633)
Resultado Operacional		102.646	128.616	67.078
Resultado não operacional		(699)	(1.411)	(10)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		101.947	127.205	67.068
Imposto de Renda e Contribuição Social		(14.671)	(22.101)	(2.836)
Provisão para Imposto de Renda	21	(25.589)	(36.479)	(15.166)
Provisão para Contribuição Social	21	(15.658)	(22.271)	(12.838)
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido	7.a	26.576	36.649	5.168
Participação dos Empregados no Lucro		(3.213)	(7.101)	(3.420)
Lucro Líquido		84.063	98.003	40.812
Nº de Ações (Milhões)	15.a	938.316	938.316	300.474
Lucro líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		89,59	104,45	135,83

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		229.756	31.036	-	260.792
Aumento de Capital	15.a	100.000	-	-	100.000
Lucro Líquido do exercício		-	-	40.812	40.812
Destinações:					
Reserva Legal	15.c	-	2.041	-	(2.041)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.d	-	-	(28.402)	28.402
Juros Sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	(10.369)	(10.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		329.756	33.077	28.402	391.235
Mutações do exercício					
Saldos em 31 de dezembro de 2023		329.756	33.077	28.402	391.235
Aumento de Capital	15.a	700.000	-	-	700.000
Lucro Líquido do exercício		-	-	98.003	98.003
Destinações:					
Reserva Legal	15.c	-	4.900	-	(4.900)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.d	-	51.469	-	(51.469)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	35.389	-	(41.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.029.756	37.977	115.260	1.182.993
Mutações do exercício					
Saldos em 1 de julho de 2024		700.000	4.900	86.858	791.758
Aumento de Capital	15.a	300.000	-	-	300.000
Lucro Líquido do semestre		-	-	84.063	84.063
Destinações:					
Reserva Legal	15.c	-	4.203	-	(4.203)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.d	-	38.226	-	(38.226)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	35.389	-	(41.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.029.756	37.977	115.260	1.182.993
Mutações do semestre					
		300.000	4.203	73.615	377.818

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stellantis Financiamentos", "Financeira" ou "Instituição" – atual denominação social do Banco PSA Finance Brasil S.A.) opera como financeira com as carteiras de investimento, crédito e financiamento. Em 31 de agosto de 2023 foram concluídas as condições precedentes do acordo firmado em novembro de 2022 entre o Banco Santander e o Stellantis Financial Services Europe S/A ("Stellantis Financial Services"). Com o fechamento da operação de recompra, o Stellantis Financial Services passa a deter 100% das ações da Stellantis Financiamentos a partir desta data. Nesta data foi criada no Brasil uma nova estrutura de serviços financeiros para o Grupo Stellantis: Stellantis Serviços Financeiros, apoiada por dois braços operacionais: a "Stellantis Financiamentos" e o "Banco Stellantis". Em 15 de dezembro de 2023, o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou a mudança do objeto social da Stellantis Financiamentos de Banco Múltiplo sem carteira comercial para Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento. A Stellantis Financiamentos assumiu as atividades de varejo para os clientes finais de todas as marcas da Stellantis no

Continuação...

STELLANTIS

FINANCIAMENTOS

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 03.502.961/0001-92

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse. Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado, além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo BACEN. Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

h.2) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito.

h.3) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários:

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da origem de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Imobilizado de Uso:

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%.

j) Intangível

Os gastos com desenvolvimento do ambiente tecnológico, relacionados com os novos projetos e produtos comerciais do Banco, são diferidos pelo prazo de 5 anos tão logo o desenvolvimento do projeto ou produto esteja concluído. A amortização do intangível é feita pelo método linear, com base na taxa anual de sistemas de processamento de dados - 20%.

k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Stellantis Financiamentos é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais, parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 14.e) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Stellantis Financiamentos, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impretar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em despesas tributárias.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Decorrente da mudança do objeto social da Stellantis Financiamentos de Banco Múltiplo sem carteira comercial para Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento junto ao BACEN, a Stellantis Financiamentos passou a partir de janeiro de 2024 a ter alíquota tributária de 40% (Instituições Financeiras em geral - 25% IRPJ e adicional e 15% de CSLL) ante aos 45% aplicados em 2023 (alíquotas para Bancos). Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

n) Redução ao Valor Recuperável:

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

o) Estimativas Contábeis:

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

p) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 23.a.

q) Juros sobre Capital Próprio:

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, essa remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

r) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos:

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

s) Eventos Subsequentes:

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por: - Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3.1. RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966 / 2021 E CORRELATAS:

A Resolução CMN nº 4.966/2021, juntamente com as atualizações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e BCB nº 352/2023 bem como os demais normativos relacionados, define os princípios e diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (hedge accounting). Essa regulamentação alinha os critérios contábeis do COSIF às exigências da norma internacional IFRS 9, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As mudanças mais relevantes abrangem: a classificação dos instrumentos financeiros; o reconhecimento de juros em situações de inadimplência; a contabilização da taxa efetiva de juros contratual; a baixa a prejuízo; e a constituição de provisão baseada na perda esperada, considerando a classificação das operações com risco de crédito. A implementação dessa norma será realizada de forma prospectiva, e os ajustes decorrentes da reavaliação dos ativos e passivos financeiros serão registrados na conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, já deduzidos os impactos fiscais correspondentes. Os pilares da adoção inicial desta Resolução e correlatas são:

a) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros - dois critérios devem ser considerados para determinar sua classificação:

- Modelo de negócios: determinado em um nível que reflete como os instrumentos financeiros são gerenciados para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo da intenção da administração em relação a um instrumento individual. - Características do fluxo de caixa contratual: são testados individualmente para validar se atendem ao critério de retorno de principal e juros. Após esta análise, os instrumentos financeiros são classificados e mensurados como: Custo Amortizado (CA), Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou Valor Justo pelo Método do Resultado (VJR). Os instrumentos financeiros mensurados ao CA e ao VJORA utilizam o método de juros efetivos para calcular a receita ou despesa de juros, considerando aspectos de materialidade dos custos de transação na origemação. A Stellantis Financiamentos não realizará reclassificações de categorias de instrumentos financeiros, sendo as operações de crédito os instrumentos financeiros mais relevantes da Companhia permanecendo no modelo de mensuração por meio do Custo Amortizado. A Stellantis Financiamentos não reconhecerá os juros das operações que, na transição, apresentem atraso acima de 90 dias ou quando apresentar indícios de ativo problemático. Em 31 de dezembro de 2024, a Stellantis Financiamentos possuía clientes em atraso entre 60 e 90 dias e reconheceu em 1 de janeiro de 2025 o incremento de juros até o limite de 90 dias no patrimônio líquido, conforme apresentado no item "b".

b) Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021):

A Stellantis Financiamentos projeta um incremento na provisão de R\$34.934, correspondente a um aumento estimado de 32,7% sobre o saldo da provisão vigente em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento abrange a provisão mínima requerida e a provisão adicional. Para a mensuração desse impacto, foram adotados os seguintes critérios: I - A probabilidade de o instrumento ser classificado como ativo com dificuldade de recuperação de crédito, levando em conta o prazo esperado do instrumento financeiro, a conjuntura econômica atual e projeções razoáveis e justificáveis de possíveis mudanças nas condições econômicas e de mercado que possam influenciar o risco de crédito do instrumento, incluindo a existência de garantias ou colaterais associados; II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos envolvidos no processo de recuperação, bem como as características das garantias ou colaterais, como tipo, liquidez e valor presente estimado de recuperação, além do histórico de recuperação de instrumentos com perfil e risco de crédito semelhantes; III - A provisão para perdas incorridas relacionadas ao risco de crédito dos ativos financeiros inadimplidos, conforme disposto no artigo 76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais estabelecidos no Anexo I da referida norma, de acordo com o tempo de atraso. O impacto inicial da adoção do modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido no montante de R\$20.960, já ajustado pelos efeitos tributários, conforme descrito no quadro abaixo.

Apresenta-se a seguir o patrimônio líquido com os principais impactos decorrentes da adoção das referidas normas, reconhecidos contra Lucros acumulados:

	Saldo em 31/12/2024	Impactos estimados (20.811)	Saldo estimado em 01/01/2025
Patrimônio Líquido	1.182.993	(20.811)	1.162.182
Capital Social	1.029.756	-	1.029.756
Reservas de Lucros, onde:	153.237	-	153.237
Impactos adoção inicial Res CMN 4.966/2021	-	(20.811)	(20.811)
Provisão para perdas esperadas	-	(34.934)	(34.934)
Receita decorrente da alteração do prazo efeito de stop accrual	-	248	248
Efeito fiscal	-	13.875	13.875

c) Aspectos fiscais

A Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento. A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração. Demais mudanças na adoção inicial como a aplicação da taxa efetiva de juros e a remensuração de ativos financeiros que estavam em stop accrual em 31 de dezembro de 2024 não terão impactos, pois sua aplicação será prospectiva.

3.2. RESOLUÇÃO CMN Nº 4.975/2021 E ATUALIZAÇÕES TRAZIDAS PELA RESOLUÇÃO CMN Nº 5.101/2023:

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, recepcionado pelo CMN por meio da Resolução 4.975/2021, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. A Stellantis Financiamentos adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme 55ª da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	2.615	516
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações em operações compromissadas (1)	310.139	313.976
Aplicações em depósitos interfinanceiros (2)	-	90.000
Disponibilidades e aplicações interfinanceiras	312.754	404.492
Títulos e valores mobiliários		
Aplicações em fundos de investimento	-	185
Caixa e equivalentes de Caixa	312.754	404.677

(1) Aplicações na modalidade overnight contratadas junto a grandes instituições do mercado financeiro com taxa equivalente a 100,0% do CDI (31/12/2023 - 99,1% do CDI).
(2) Em 31 de dezembro de 2023, aplicação contratada junto ao Banco Stellantis com taxa equivalente a 100% do CDI.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Resumo da Carteira por Categoria

	31/12/2023	31/12/2024
Títulos para Negociação - Fundos de Investimento (I)	185	185
Itaú Dynamic Curto Prazo	185	2
Santander FIC FI Empresas Curto Prazo	-	183
Total	185	185
Circulante	185	-

(j) As cotas de fundos de investimento estão classificadas como sendo sem vencimento, com liquidez imediata e são mensuradas pelo valor de custo de aquisição ajustado pelas variações das cotas. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira de fundos de investimento está basicamente classificada em operações vinculadas a títulos de renda fixa, títulos públicos, títulos privados e títulos do Tesouro Nacional. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram realizadas operações com derivativos.

6. CARTEIRA DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Carteira de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito - Financiamentos - CDC Veículos	8.144.406	2.526.421
Operações de crédito - vinculadas a cessão (1)	650.153	-
Total da carteira de créditos	8.794.559	2.526.421

(1) Em 31 de dezembro de 2024, representado por operações de financiamento de veículos cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios. A Cobrigação pelos créditos cedidos com retenção substancial de riscos benefícios totalizam R\$650.153, apurado pelo valor presente por meio das tabxas dos contratos (Nota 11).

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Vencidas	45.560	25.122
A vencer:		
Até 1 ano	3.526.612	1.008.551
De 1 a 5 anos	5.213.427	1.486.915
Acima de 5 anos	8.960	5.833
Total da carteira de créditos	8.794.559	2.526.421

c) Carteira de Créditos por Segmento

	31/12/2024	31/12/2023
Varejo - Pessoa Física	7.225.242	2.068.359
Varejo - Pessoa Jurídica	1.569.317	458.062
Total da carteira de créditos	8.794.559	2.526.421

Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco e Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Rating	Percentual PDD	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Provisão requerida	
					31/12/2023 (1)	31/12/2024
A	0,5%	8.484.350	14.435	8.498.785	42.490	858
B	1,0%	82.424	3.360	85.784	3.015	3.888
C	3,0%	93.191	7.350	100.541	4.574	4.870
D	10,0%	30.453	3.438	33.891	4.870	6.471
E	30,0%	13.104	2.145	15.249	41.323	6.471
F	50,0%	8.154	1.589	9.743	41.323	6.471
G	70,0%	7.433	1.810	9.243	41.323	6.471
H	100,0%	29.890	11.433	41.323	41.323	6.471
Total		8.748.999	45.560	8.794.559	106.989	106.989

Carteira de Crédito - 31/12/2023

	31/12/2023	31/12/2024
Rating		
A	0,5%	2.373.734
B	1,0%	35.727
C	3,0%	42.847
D	10,0%	17.254
E	30,0%	8.200
F	50,0%	4.654
G	70,0%	3.742
H	100,0%	15.141
Total		2.501.299

e) Movimentação das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Saldo inicial	60.384	45.547	53.861
Constituição líquida das reversões	65.379	100.008	38.527
Baixas	(18.774)	(38.566)	(46.841)
Saldo final	106.989	106.989	45.547

Foram recuperados no exercício, créditos no valor de R\$7.339 (31/12/2023 - R\$13.526), registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de operações de crédito.

f) Carteira Renegociada

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da carteira renegociada foi de R\$10.047 (31/12/2023 - R\$13.292), e o saldo da PDD foi de R\$1.602 (31/12/2023 - R\$2.512).

7. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

a. Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	31/12/2023 (1)	Constituição	Realização 31/12/2024
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	35.681	41.134	(18.594)
Provisão para Contingências Cíveis	1.236	-	(349)
Provisão para Contingências Fiscais	-	283	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.461	224	-
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	3.014	1.964	-
Outras provisões e ajustes temporários	4.191	11.988	-
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias (2)	45.584	55.593	(18.943)

Inclui a realização de créditos tributários diferidos no montante de R\$5.698 decorrente da mudança do objeto social da Stellantis Financiamentos de Banco Múltiplo sem carteira comercial para Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento junto ao BACEN (Nota 1). Em consequência desta alteração, a Stellantis Financiamentos passou a partir de janeiro de 2024 a ter alíquota tributária de 40% (Instituições Financeiras em geral) ante aos 45% aplicados em 2023 (alíquotas para Bancos) (Nota 3.m).
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Stellantis Financiamentos não possuía créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias		31/12/2024
	IRPJ	CSLL	
2025	22.228	13.337	35.565
2026	8.105	4.863	12.968
2027	3.943	2.366	6.309
2028	3.433	2.060	5.493
2029	3.422	2.053	5.475
2030 a 2034	10.265	6.158	16.423
Total	51.396	30.837	82.233

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$62.096 (31/12/2023 - R\$41.272), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

8. OUTROS ATIVOS - DIVERSOS

Continuação...



Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 03.502.961/0001-92

16. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Ata de Assembleia Geral Ordinária, de 29 de março de 2024, fixou para o exercício de 2024, a remuneração anual e global dos administradores de até R\$7.806 (2023 - R\$6.154). A remuneração total do pessoal chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$7.333 (31/12/2023 - R\$5.151).

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários da Administração	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Remuneração Fixa	4.048	2.685
Remuneração Variável	862	749
Benefícios de curto prazo	4.910	3.434
Remuneração variável	788	788
Benefícios de longo prazo	929	788
	5.839	4.222

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$1.494 (31/12/2023 - R\$929).

c) Operações de Crédito:

A Stellantis Financiamentos poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18 e o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas", sendo consideradas partes relacionadas: (i) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas; (ii) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais; (iii) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau; (iv) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital; (v) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital; pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com a Stellantis Financiamentos.

d) Participação acionária:

Em 31 de dezembro de 2024, a Stellantis Financiamentos é uma subsidiária integral do Stellantis Financial Services Europe S.A.

e) Transações com Partes Relacionadas:

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2024	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	90.000	3.790	40
Banco Stellantis (6)	-	90.000	3.790	40
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 8)	80.348	13.850	-	-
Peugeot Citroën do Brasil	-	-	-	-
Automóveis Ltda ("PCBA") (2)	4.952	3.357	-	-
Stellantis Automóveis Brasil Ltda.	56.891	4.433	-	-
Banco Stellantis (6)	13.024	61	-	-
Stellantis Locadora	120	-	-	-
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda (1)	5.361	5.999	-	-
Depósitos Interfinanceiros (nota 11) (2.889.498)	(272.222)	(138.347)	(97.148)	(93.426)
Banco Santander (5)	-	-	-	(3.722)
Banco Stellantis (6)	(2.889.498)	(272.222)	(138.347)	(3.722)
Depósitos a Prazo (nota 11)	(53.874)	(34.630)	(3.479)	(2.561)
PCBA (4)	(52.571)	(34.630)	(3.176)	(2.561)
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda (1)	(1.303)	-	(303)	-

Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (nota 13)

	(398)	-	-	-
Stellantis Automóveis Brasil Ltda.	(22)	-	-	-
PCBA e Stellantis Automóveis Brasil Ltda.	-	-	(36)	(81)
Banco Stellantis (6)	(376)	-	-	-

Resultados de Exercícios Futuros (6)

	(494.619)	(43.771)	169.713	17.659
PCBA e Stellantis Automóveis Brasil Ltda.	(494.619)	(43.771)	169.713	17.659

(1) Referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.
 (2) Valores a receber da PCBA (montadora), referente a equalização de taxas de juros.
 (3) Valores recebidos das montadoras do Grupo Stellantis, referente a equalização de taxas de juros em operações de crédito concedidas a clientes em campanhas promocionais pactuadas com as montadoras.
 (4) Captação de Recursos junto a PCBA (montadora), para Garantias das operações de atacado.
 (5) Controlador indireto da Instituição até 31 de agosto de 2023.
 Empresa do grupo Stellantis Financial Services Brasil focada na atuação em operações de Atacado e operações estruturadas para os concessionários das marcas Peugeot, Citroën, Jeep, RAM e Fiat.

17. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS:

a) Prestação de Serviços:

Receita de prestação de serviços oriunda da indicação de clientes relacionados a concessão de financiamento de veículos novos e usados e atendimento dos clientes da marca Fiat de forma transitória (nota 1).

b) Tarifas Bancárias:

Receita de tarifas a clientes pessoas física e jurídica relacionados a concessão de financiamento de veículos novos e usados.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	11.690	20.810	8.332
Serviços de Processamento de Dados	6.148	14.069	12.396
Propaganda e Publicidade	22.017	43.176	9.798
Depreciações e amortizações	604	1.230	2.814
Sucumbências	3.733	6.762	4.810
Serviços do Sistema Financeiro	1.418	2.717	1.633
Transportes e Viagens	1.652	3.635	1.932
Aluguel	1.408	1.908	603
Outras (1)	553	1.020	663
Total	49.223	95.327	42.981

(1) Despesas com depreciação de imobilizado, amortização de intangível, contribuições filantrópicas, seguros de veículos de frota e refeições.

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Reversão de provisão de contingências	1.415	1.698	2.208
Outras (1)	5.631	6.012	835
Total	7.046	7.710	3.043

(1) Variações monetárias de depósitos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	107.382	182.795	35.995
Rateio de despesas - Peugeot	-	-	-
Citroën Brasil Automóveis (Nota 16.e)	(9)	36	81
Outras (1)	4.211	4.701	2.557
Total	111.584	187.532	38.633

(1) Refere-se a reversões de contingências trabalhistas e cíveis.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	101.947	127.205	67.067
Participações no Lucro	(3.213)	(7.101)	(3.420)
Resultado antes dos Impostos	98.734	120.104	63.647
Ajustes permanentes e temporários:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	43.044	54.227	14.608
Provisão para Contingências Cíveis	(880)	(872)	187
Provisão para Contingências Trabalhistas	789	560	113
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	5.373	4.909	2.591
Outras provisões e ajustes temporários	17.403	29.243	6.649
Ajustes permanentes - Despesas Indedutíveis	(11.727)	(11.595)	(1.081)
Exclusão de Juros sobre o Capital Próprio	(41.634)	(41.634)	(20.957)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	44.441	61.977	29.591
Demais Ajustes (2)	(3.194)	(3.227)	(1.587)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	41.247	58.750	28.004

(1) Até o exercício findo de 2023, a Companhia era tributada ao encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, respectivamente, por ter como atividade principal as de Banco Comercial.

(2) Os demais ajustes trata-se da exclusão do advento do benefício fiscal da Lei 11.196/05 (Lei do Bem) da base da CSLL e do IRPJ (conforme Decreto 9.580 de 2018), e do redutor do adicional do IRPJ.

22. LIMITES OPERACIONAIS

O BACEN determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I, Capital Principal e Adicional de Capital Principal, compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido (representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional). Até 31 de agosto de 2023, a Stellantis Financiamentos fazia parte do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander. Com a saída deste Conglomerado, a Stellantis Financiamentos passou a apurar os requisitos de Capital conforme as normas do BACEN pela apuração de suas próprias exposições.

	31/12/2024	31/12/2023
Capital principal (Nível I)	1.146.908	358.208
Patrimônio de Referência (PR)	1.146.908	358.208
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWACPAD)	7.243.930	2.126.720
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWAMPAD)	21.315	-
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)	413.481	258.338
Ativos ponderados pelo Risco - RWA	7.678.726	2.385.058
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	806.266	143.104
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	340.642	215.104
Índice de Basileia (%)	14,94%	15,02%

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve resultados não recorrentes.

b) Eventos Subsequentes:

Em 25 de março de 2025, o Stellantis Financial Services aumentou o capital social da Stellantis Financiamentos no montante de R\$300.000, passando de R\$1.029.756 para R\$1.329.756 mediante a emissão de 273.360.634.598 unidades de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras o aumento de capital se encontra em análise pelo BACEN.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dominique Edmond Pierre Signora
Presidente

Jean Pierre Avril
Vice-Presidente

Vincent Herve Py
Conselheiro

DIRETORIA

Jean Pierre Avril
Diretor Presidente (CEO) e Diretor Comercial (CCO)

Fernanda Matsuda
Diretora de Riscos (CRO)

Bruno Dantas Saab
Diretor de Marketing (CMO)

Tatyana Calixto Abdalla
Diretora de Operações e TI (COO e CTO)

Lucas Matos Fernandes
Diretor Financeiro (CFO)

Claudia Caixator Pinori
Contadora - CRC 1SP232486/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023

Os valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 27 de março de 2024, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de março de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 11931/30

